



1
fu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº: 1 – Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 28 de fevereiro de 2024

No dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1 - Pedido de suspensão do mandato pela eleita do "Partido Socialista" Sra. Dra. Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas;

1.2. Tomada de posse do eleito Sr. Eng. José Bento Caselas Dias, em substituição da Sra. Dra. Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas.

1.3 – Expediente para conhecimento.

1.4 – Intervenções.

2 – Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata n.º 5 da sessão ordinária do dia 28 de dezembro, do ano 2023;

2.2. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2.3. Primeira revisão da ELH - Estratégia Local da Habitação do Município de Montalegre – aprovação;

2.4. 4.ª Alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Montalegre – Alteração do artigo 11.º – aprovação;

2.5. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2024 / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – conhecimento;

2.6. Contrato-Programa celebrado entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. e o Município de Montalegre – conhecimento;



2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.7. Código de Ética e Conduta – conhecimento;

2.8. Relatório Anual de Atividade e Avaliação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre (CPCJ) 2023 – conhecimento.

3 – Período após a ordem do dia

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 46 membros, à exceção de António Ferreira, Ana Maria Martins, Ricardo Branco, Francisca Martins e Nuno Pereira.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Manuel Carvalho, Ana Maria Martins, João Paulo Anjo e António Reis.

Além da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, e da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Dias, estiveram presentes os Vereadores Jorge Fidalgo, Manuel António Fernandes, José Moura Rodrigues, Sandra Sousa e Fernando Capela.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Verificando-se a ausência, na presente sessão, do segundo Secretário da Mesa, Olímpia Vinhas, foi autorizado pela Assembleia a designação da deputada Fátima Crespo para integrar a Mesa, na qualidade de segunda Secretária.

Face à autorização acima indicada, foi designada, pelo Presidente da Assembleia Municipal para integrar a Mesa da Assembleia como 2ª Secretário, a deputada Maria de Fátima Crespo.

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1 - Pedido de suspensão do mandato pela eleita do "Partido Socialista" Sra. Dra. Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

1.2. Tomada de posse do eleito Sr. Eng. José Bento Caselas Dias, em substituição da Sra. Dra. Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas.

A Assembleia considerou instalado o membro José Bento Caselas Dias.

1.3 – Expediente para conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

1.4 – Intervenções.

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, José João Moura, Fernando Rodrigues, João Carlos Rodrigues, Manuel Carrelo, Domingos Vasconcelos, Sandra Gonçalves, José Bento Dias, António Cascais, Hernani Carvalho e Acácio Gonçalves.

O deputado João Soares regozijou-se com o facto da Câmara Municipal de Montalegre ter comprado a Casa do Cerrado. Uma casa histórica, um património edificado que vai fazer da Praça do Município uma praça maior. Isto é respeito pela história e pelo concelho de Montalegre. É a cereja em cima do bolo das comemorações dos 750 anos. Entregou a seguinte proposta de voto de pesar. "João Soares, em nome da bancada do Partido Socialista, vem submeter a esta Assembleia Municipal uma proposta de voto de pesar pelo desaparecimento recente, da terra dos vivos, do ilustre conterrâneo Dr. Júlio Pereira, figura ímpar do Barrosão, reconhecido aquém e além-fronteiras, em quem todos apreciavam a sua competência, empenho e dedicação profissionais, sua inteligência e cultura, a sua delicadeza e trato humilde, a sua compreensão e retidão, o seu amor a causas e a sua firmeza, o seu zelo e respeito, a sua simplicidade e, acima de tudo, a sua Humanidade.

Nascido em Montalegre em 02 de julho de 1953, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, Júlio Alberto Carneiro Pereira foi um destacado e "humilde servidor público" (como ele fazia questão de referir), quer na magistratura quer nas diversas áreas de segurança interna em que desempenhou funções de relevo, concretamente Diretor-Adjunto do SIS, de 1997 a 2000 e Secretário-geral do SIRP, de 2005 a 2017.

Foi agraciado com a Grã-cruz da Ordem do Infante D. Henrique, pelo Presidente da República, e com a Grã-cruz de La Ordem de Isabel la Católica, pelo Reino de Espanha, entre outros diversos louvores e distinções profissionais.

Estamos perante uma figura prestigiada e respeitável, cujas qualidades profissionais e humanas lhe conferem o estatuto de Cidadão maior e projetam para um lugar cimeiro da Magistratura Portuguesa que tão bem serviu!

Com o seu desaparecimento, ficou mais pobre o País Barrosão, mas ganhou, em grandeza, a Alma Barrosã! Assinado, o deputado municipal João Soares."

O deputado José João Moura entregou um protesto à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro público.

Hoje queria falar e levá-los a refletir sobre uma das questões mais importantes que o Concelho enfrenta - o futuro da agropecuária. Um tema que me toca particularmente, não só pelas minhas modestas origens, pois a minha família sempre foi de agricultores, mas também pela atividade profissional que amo e exerço. De facto, a agricultura nunca esteve tão mal como nos dias de hoje. Temos um governo que negligenciou



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

este setor ao desinvestir incompreensivelmente, tendo à sua frente uma ministra que não defende os interesses nacionais e dos agricultores.

Recusou-se a ouvir a principal confederação dos agricultores do país e negociou com os restantes parceiros europeus, fundos comunitários cada vez menores e não pensou na agricultura de sobrevivência, no que nos diz respeito, na agricultura de pastoreio extensivo e nos baldios.

De facto, a portaria do PEPAC a 54-E/2023 de 27 de fevereiro que determina o regime de apoios a conceder aos agricultores no domínio da sustentabilidade - o famoso Ecorregime, de forma a atingir os objetivos do Green Deal (Pacto Ecológico), ou seja, apoiando os produtores na adoção de modos de produção mais sustentáveis, nomeadamente na conversão de sistemas de agricultura e pecuária convencionais para produção biológica, mostra que os cortes de subsídios agrícolas a distribuir pelos agricultores iriam ser avultados com o seu desconhecimento e por conseguinte com a sua conivência.

O PS desleixou, mas o PSD alertou sobre este pacote e preocupação dos agricultores, conforme o mencionei na última Assembleia Municipal. Não sabia a ministra nem a Senhora presidente da Câmara, aliás, um apanágio do Partido Socialista. Com uma política deliberada em cortes cegos e arbitrários assentes em poucos recursos humanos e financeiros, verificamos que o encabeçamento dos efetivos de grandes e pequenos ruminantes no nosso concelho poderá levar à rutura ou mesmo viabilidade de muitas explorações pecuárias.

A ministra, desesperada, após os inúmeros protestos dos agricultores no início deste mês, recuou e prometeu o pagamento de cortes previstos através da avaliação das candidaturas pela DGAV, dos famosos Ecorregimes do Bem-Estar Animal, num prazo recorde de 15 dias, através do ofício circular 20879/24-E de 15 de fevereiro.

E como não há recursos humanos, pois o Estado nas mãos do PS, não contrata ninguém para as Direções Regionais, Direção-Geral e Institutos Públicos ligados ao Ministério da Agricultura desde 2015, somos confrontados com o número de 928 candidaturas de PU na Região Norte (até à data de ontem) só para bovinos para a avaliação, pois as eleições estão aí à porta.

Como depreenderão, muitas candidaturas não vão ser avaliadas neste prazo e mais uma vez os agricultores serão prejudicados. Políticas sem planeamento, ponderação, concertação e eficácia.

Com o PS assistimos sempre ao mesmo. Governar para sustentar os interesses do próprio partido em que o Estado se confunde com o PS e vice-versa.

Em Montalegre o mesmo acontece. Uma gestão reativa que apenas se limita a remendar os erros efetuados. E com um assunto tão urgente e primordial para a maior parte dos municípios, a Senhora Presidente reúne com as entidades gestoras dos baldios para se inteirar da situação, mas veda a entrada dos principais prejudicados. É óbvio que o PS não queira falar deste assunto antes das eleições, pois sabe de antemão que irá ser prejudicado. Mas nós aqui em Barroso, não podemos amordaçar esta questão. A sustentabilidade do nosso ganha pão e modo de vida está em causa e a desertificação e pobreza que advirá desta situação será ainda mais lesivo para o concelho de Montalegre, com o abandono das aldeias, o risco de incêndios e o fim deste reino maravilhoso.

É uma obrigação do Executivo municipal, dos Presidentes de Junta de Freguesia, das Comissões de Compartes dos Baldios, dos Deputados desta Assembleia, aliás, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

todos, a defesa desta causa milenar que nos identifica como Barrosões. Será esta medida deliberada para catapultar a exploração mineira no Concelho a médio prazo, pergunto eu?

Por isso no dia 10 de março temos a oportunidade de mudar estas trapalhadas sucessivas e apostar numa liderança que olha para a agricultura como uma estratégia para o desenvolvimento do país e que preze os ecossistemas e a sua sustentabilidade e que proteja os produtos endógenos que tanto promovem o concelho, no país e no mundo. A Feira do Fumeiro, que mais uma vez foi um sucesso, graças aos produtores presentes na feira, as batatas, a castanha, a carne de vitela barrosã, o cabrito e o anho e a carne dos vitelos criados nos Lameiros de Barroso poderão ficar condicionados se não houver uma mudança de estratégia, uma mudança de liderança. É por isso que o PSD escolheu como candidatos à Assembleia da República para o nosso distrito dois ex autarcas que a Senhora presidente da Câmara conhece muito bem e que irão defender os reais problemas do distrito e particularmente do concelho de Montalegre, nomeadamente: Anulação de todas as concessões mineiras em curso no concelho de Montalegre, que faz parte da região classificada como Património Agrícola Mundial; Requalificação da EN 103 entre Braga e Chaves, bem como o acesso de Montalegre à A24/Nó de Curalha (que deverão passar a ser um IC com três faixas de rodagem); Melhorar as comunicações móveis e internet 5G em todo o território; Eliminar as portagens nas autoestradas no Distrito; Reforço das valências do Hospital de Chaves, com autonomia da sua gestão e integração da mesma com a gestão dos Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso (com a criação da ULS no Alto Tâmega e Barroso); Valorização da agricultura e do mundo rural, através dos apoios ao rendimento (subsídios agrícolas), bem como de incentivos à transformação e comercialização dos produtos agrícolas; Criar incentivos fiscais destinados à captação e fixação de pessoas e de empresas, bem como apoios à retenção das mais-valias geradas na região.

E apesar de reconhecer e enaltecer o facto do PS ter uma candidata a deputada do concelho de Montalegre, o PSD pergunta: O que ela fez enquanto teve assento parlamentar na Assembleia da República sobre a exploração mineira no concelho, principalmente na mina do Romano pela Lusorecursos?

O que ela diligenciou na Assembleia da República para defender os agricultores do distrito e particularmente do concelho, quando das reformas da PAC e dos cortes previstos para o interior e para a agricultura extensiva, minifundiária, aliada ao pastoreio dos baldios, que, segundo afirmou, um assunto que lhe era querido e familiar? Precisamos de pessoas na Assembleia da República que nos defendam e a candidata do PS não tem os requisitos fundamentais. E ficamos incrédulos quando assistimos, por um lado, e bem, com providências cautelares do município contra a empresa Lusorecursos, e por outro lado, a Senhora presidente da Câmara em ação de campanha junto de uma candidata que tem ligações indiretas com essa empresa. Por isso, da minha parte e do meu partido, tudo faremos para reverter este espasmo territorial e acreditar na mudança no país e no concelho, pois o PSD já provou no passado que é o único partido de alavancar o crescimento económico e criar riqueza e proteger o mundo rural, os agricultores, os trabalhadores, os empresários, os pensionistas, os jovens, as famílias, aliás toda a gente, pois o PSD governa para todos e não apenas para o partido, e acabar com esta mineração que nos fustiga e apostar no turismo ecológico e ambiental, reparando as parcas acessibilidades e falta de



6
Ferreira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

investimento tão importantes e necessários para a viabilidade salutar, financeira e sustentável da nossa linda terra.

E fico triste, Senhores Deputados e Senhora Presidente, quando assisto ao investimento nos outros concelhos do orçamento municipal, na reabilitação dos Centros de Saúde, dos Parques Escolares e com taxas de execução acima dos 80%, e aqui em Montalegre investe-se em pistas de automóveis, em pontes sem acessos, em empresas incompetentes e taxas de execução abaixo dos 60%, tendo os cofres cheios e crianças a terem aulas em salas onde chove, sem aquecimento e em contentores.

Desejo para terminar, que no dia 10 de março o ato eleitoral corra dentro dos preceitos legais, que os extremismos e populismos sejam erradicados da linguagem política e social, de forma a valer os princípios da liberdade e da democracia veiculados pela Revolução de Abril.

Entregou ainda o seguinte documento à Mesa: "Querida, em primeiro lugar, apresentar um protesto pelo facto de o protesto formal que foi enviado por email ao cuidado da Mesa da Assembleia Municipal no dia 30 de dezembro de 2023 e tenho aqui prova do relatório de entrega, não ter sido referido na correspondência ou expediente recebido a dar conhecimento à Assembleia Municipal, pois o sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu e passo a citar "não há nada de relevante". Parece que a censura regressou a Montalegre sr. Presidente. E ao abrigo do regimento, tenho três minutos para apresentar os protestos, e sendo assim queria o ler antes da minha intervenção no período antes da ordem do dia, bem como constasse na ata desta sessão ordinária: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre

Venho por este meio enviar, na qualidade de presidente do grupo municipal do PSD da Assembleia Municipal do concelho de Montalegre, o seguinte voto de protesto sobre o ocorrido na última sessão ordinária da assembleia municipal do passado dia 28 de dezembro de 2023.

Os eleitos pela coligação Todos por Barroso (PSD, CDS-PP e independentes) vêm por este meio protestar pela forma como o PS está mais preocupado em denegrir a imagem da política e dos políticos e silenciar a oposição, do que em melhorar a qualidade de vida dos Montalegrenses. De facto e à revelia, do Regimento da Assembleia Municipal aprovado, foram publicadas nas redes sociais oficiais do município e da Rádio Montalegre, bem como nas redes sociais, um vídeo de um dos deputados eleitos pela coligação Todos por Barroso, de forma a denegrir a sua imagem e intervenção. Isto demonstra a total parcialidade do Prof. Fernando Rodrigues na condução daquele órgão, que permite esta situação, bem como tenta censurar e amordaçar as intervenções do líder da bancada da oposição, insinuando que está a proferir discursos encomendados e a autoria das mesmas, pondo em causa a sua capacidade intelectual.

Lembramos também que aquando da aprovação do Regimento da Assembleia Municipal em 20 de Dezembro de 2021, a bancada dos deputados eleitos pela coligação Todos por Barroso queria que as sessões ordinárias da Assembleia Municipal fossem transmitidas em direto em canais apropriados, e fossem disponibilizadas posteriormente na íntegra de forma a esclarecer e aproximar os munícipes da realidade do concelho e da sua governação, que no entanto foi rejeitada pelo grupo parlamentar do PS. Constatamos assim que o PS na figura do Sr. Presidente da Assembleia está mais preocupado em criar mal-estar e proporcionar o conflito do que liderar de uma forma responsável o que é o maior órgão da democracia em



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Montalegre. Lamentamos que o PS não queira que os munícipes saibam o que se passa nas sessões ordinárias e utilize falsos 'apartes' para fazer jogo político de "chicana" com a publicação de imagens para ridicularizar apenas os deputados da oposição, completamente descontextualizadas e depreciativas, o mesmo não acontecendo quando está em causa os seus correlegionários e deputados. De facto, o deputado Acácio Gonçalves deu música à bancada socialista, a canção Somos Livres, de Ermelinda Duarte, como uma forma de protesto, pois o PS de Montalegre anda a dar música aos munícipes há 34 anos. Para finalizar, os eleitos pela coligação Todos por Barroso (PSD, CDS-PP e independentes) orgulham-se do percurso político do Acácio Gonçalves, da sua retidão, integridade e defesa dos princípios da democracia e como ele somos livres ao assegurar que ninguém vai desviar o caminho que traçamos de fiscalizar, defender e proporcionar melhor qualidade de vida para todos os Montalegrenses. Pelo Grupo Municipal do PSD Montalegre". Assinado, o deputado municipal José João Moura."

O deputado Fernando Rodrigues disse que o voto de protesto a que o deputado José João Moura se refere não foi apresentado na última Assembleia, nem chegou em tempo útil de ser apresentado e por isso não pode fazer parte da ata.

Referiu ainda que se tem vindo a assistir a uma mudança de estilo bem acentuada no deputado José João Moura que até faz lembrar personagens de tempos idos. Podem teimar, mas são tempos idos e não voltam.

Fez uma defesa da honra da deputada nacional Susana Barroso. Conhece bem o trabalho feito por ela. Não se refere ao debate no canal televisivo Porto Canal entre ela e o deputado do PSD para não envergonhar o PSD, mas deixou a nota de que nenhum deputado do PSD, nem todos juntos, farão aquilo que a Susana Barroso fez na Assembleia da República em tão pouco tempo. Não vão fazer tantas intervenções a nível local, nem a nível nacional como ela fez em quatro meses. Merecia mais respeito do PSD, desta Assembleia e de todos os Barrosões.

Sobre a polémica que alguém quis trazer pela voz do deputado José João Moura, disse que o protesto que enxovalhou o deputado José Acácio Gonçalves é da autoria do Sr. José João Moura ou de quem fez aquilo por ele. Quem enxovalhou e ridicularizou o Acácio Gonçalves foi quem fez este comunicado. O Presidente da Assembleia não teceu qualquer comentário sobre o deputado Acácio, até achou um momento de humor e divertido.

Referiu que recebeu o referido protesto dia 5 de janeiro, não foi apresentado na Assembleia e por isso não tinha que constar da ata, pois a ata é um relato fidedigno do que se passa da reunião.

Relembrou ainda que não interrompeu o deputado José João Moura, não porque ele não merecesse, mas chamou-o à atenção porque merecia efetivamente um reparo e uma chamada de atenção contra a falta de correção de linguagem pelos membros da Assembleia Municipal, que é uma obrigação e competência do Presidente do Órgão. O deputado José João Moura usou, em parte da sua intervenção, um tom e um discurso que não é o seu normal, porque não estaria na sua natureza. Ele cometeu excessos e não teve a correção exigida na linguagem para uma Assembleia Municipal. Pode ser tolerada muita coisa num debate aceso e muita expressão política, mas falar, entre outros termos, de insolência ou insolente quando se refere a alguém não é tolerável e é exigida uma chamada de atenção. No mínimo, se não foi má educação e se não



8
fum

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

havia má fé, o deputado deveria ter pedido desculpa à Senhora Presidente da Câmara. Mas a intervenção em causa tinha mais aspetos graves e que não são característica do deputado, mas que se sabe de quem são. Tratou o executivo municipal de ignorante, também não é tolerável que diga que a classe política bateu no fundo, mas quem bateu no fundo foi ele com esta intervenção. Com esta afirmação prestou um péssimo serviço à política e à democracia.

O que foi pedido ao deputado José João Moura foi que refletisse, pois a linguagem foi arcaica e vulgar.

O deputado João Carlos Rodrigues disse que o episódio a que esta Assembleia assistiu é digno de ser visto por todos os Barrosões e o PS até vai considerar que estas reuniões passem a ser gravadas e transmitidas para que as pessoas vejam o tipo de atuação do PSD.

O momento fomentado pelo deputado Acácio Gonçalves na última sessão também é necessário, deixando o azedume da oposição em casa, e trouxe um momento musical e que faz falta. Ninguém fez chacota e se alguém o fez foram os colegas de bancada do deputado Acácio.

Sobre a deputada Susana Barroso, disse que há o direito de pedir à Assembleia da República os esclarecimentos e trabalhos desenvolvidos por ela.

Entregou também o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente, Sra. Presidente, Senhoras e Senhores vereadores, caras e caros deputados. Estamos em período de campanha eleitoral para as legislativas antecipadas. E já sabemos porque é que os portugueses são de novo chamados às urnas.

E não foi por ter o partido socialista governado mal, não foi por ter o PS aumentado o salário mínimo de 505 para 820€, não foi por ter o PS aumentado as pensões, não foi por ter o PS colocado a taxa de desemprego em mínimos históricos, não foi por ter o PS colocado Portugal no pódio dos estados-membros que mais cresceram, sendo mesmo o que mais cresceu no 4º trimestre de 2023, não senhor e senhores deputados, o PS foi o garante da estabilidade, do crescimento económico e das contas certas.

Mas os Portugueses são de novo chamados a votar. Os Barrosões vão às urnas sabendo bem o que foi o tempo sombrio dos anos de Passos e Portas.

Os Barrosões têm memória, sabem quem lhes cortou as pensões e que ainda queriam passar esses cortes a definitivos, só impedidos pelo Tribunal de Contas, sabem quem cortou salários, quem mandou os jovens imigrar ou quem deixou o maior número de pessoas desesperadas no desemprego e na pobreza, sabem quem foi para além da Troika!

Há quem diga que há negociações com a extrema-direita nas costas dos Portugueses. Não sei se há se não há. O que sei, o que todos sabemos e o que todos ouvimos, foi Pedro Passos Coelho, que foi responsável por tudo aquilo que referi, dizer que o Montenegro deve procurar todos os apoios necessários para formar Governo.

Mais, a irresponsabilidade, ou então é mesmo a ideologia desta AD – Amalgama Desesperada, que com truque de ilusionismo quer fazer desaparecer Gonçalo da Câmara Pereira, que todos sabem o que representa, por exemplo, para as mulheres e para a igualdade de género vem, através do ex-Primeiro-Ministro do PSD dizer – vejam só – que há relação entre imigração e insegurança, numa tirada de "as pessoas têm a sensação". Não, não há sensações, há números que o desmentem.



9
Fun

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

E isto não é negociação com a extrema-direita?! Isto não é a colagem com a extrema-direita?!

De facto, a estabilidade e a confiança, os valores da democracia liberal, do humanismo, da solidariedade e da defesa dos direitos liberdades e garantia que os barrosões e os Portugueses querem, é com o Partido Socialista e com Pedro Nuno Santos.

Os Barrosões confiam no Pedro Nuno Santos, porque é ele e o PS que fazem avançar Portugal.

É com o PS que o salário mínimo passará para 900€ em 2026 e para 1000€ até 2028.

É com o Pedro Nuno Santos que se investirá e reforçará o Serviço Nacional de Saúde, valorizando os seus profissionais e reorganizando a gestão, garantindo um serviço universal e tendencialmente gratuito não o deixando nas mãos do negócio privado como quer fazer a direita.

É em Pedro Nuno Santos que os pensionistas confiam para ver aumentada a sua pensão bem como o CSI, em que os nossos idosos deixam de ter a obrigatoriedade de declarar os rendimentos dos seus filhos, garantindo assim a independência dos mais velhos e deixando o estado de regular as relações entre pais e filhos.

O reforço da escola pública, garantindo o pré-escolar gratuito e avançar em seguida para ensino superior.

Ou na transformação e modernização da económica através de setores estratégicos com capacidade de arrastamento do resto da economia.

Mas também a aposta na ferrovia, em todo o território, de resto já em curso, que o distrito beneficiará com a reativação da linha do Corgo em Vila Real.

Há ainda o compromisso do PS e de Pedro Nuno Santos, para o nosso território e para o distrito de Vila Real, com a criação do curso de medicina na UTAD.

Melhorar as acessibilidades das sedes de concelho às vias de grande capacidade.

Um mecanismo de compensação ambiental que venha a beneficiar os territórios que mais contribuem para a neutralidade carbónica.

Ou pela eliminação das portagens na A24.

O PS e Pedro Nuno Santos são o garante da estabilidade e da esperança dos Portugueses para um Portugal menos desigual, mais competitivo e mais solidário.

Os barrosões confiam no PS, confiam em Pedro Nuno Santos. E o Secretário-geral do PS pode contar com um Montalegre Inteiro e com uma grande vitória no nosso concelho. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues."

O deputado Manuel Carrelo entregou o seguinte documento à Mesa: "Digníssimos representantes da Mesa da Assembleia Municipal, camaradas e companheiros, representantes da Comunicação Social, estimado Público, Senhora Presidente, bom dia a todos.

Como nota prévia, quero associar-me à nota de voto de pesar de João Soares pelo falecimento do Dr. Júlio Pereira, com quem tive o prazer de partilhar momentos e cumplicidades.

Como diria Gabriel Garcia Marques "pior que morrer é o que vai morrendo aos poucos dentro de nós".

O aforismo aplica-se perfeitamente ao nosso concelho, que vai morrendo aos poucos.

Diria mesmo que esta morte lenta é um atentado ao nosso biosistema que se está a apoderar do concelho e da região.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Trago para esta assembleia uma questão tão séria quanto a mineração a céu aberto como é a florestação diria mesmo que minas e floresta complementam-se.

Nada disto seria necessário dizer se a questão da florestação não significasse a invasão do nosso ecossistema pelo pinheiro, tão contrário ao enquadramento paisagístico que atrai o turismo, tão adverso ao predomínio das espécies florestais autóctones, que nos dão uma paisagem única no nosso país e na europa, a fazer inveja a um quadro de Van Gogh ou de Cézanne.

Pobre paraíso de Gervásio e Senhorinha! Esta questão deveria ser uma preocupação de todos nós independentemente das opções político-partidárias.

E porque é que pinheiral e minas se complementam? Tudo em nome da neutralidade carbónica! * por ser o pinheiro a espécie florestal que mais rapidamente se forma e é na sua juventude que mais retenção de carbono se processa a par com o eucalipto. Só que é um argumento Pírrico, ou se quisermos uma vitória de Pirro, porquanto as variedades autóctones são de crescimento mais lento, mas mais resistentes e resilientes aos incêndios florestais;

Este aspeto, aliado ao fato destas espécies possuírem períodos de exploração mais longos, permitem o cumprimento dos objetivos de retenção de carbono previstos no protocolo de Quioto.

Mais ainda, regulam o ciclo hidrológico e a qualidade da água, formam solo e servem ainda de matéria-prima a produtos fundamentais na vida quotidiana.

Escamoteia-se assim o que deveria ser um ordenamento florestal que não ofendesse a arquitetura paisagística do barroso, tendo por exigência a preservação das variedades autóctones quer em bordadura, quer em estreme...tais como e a título de exemplo. a bétula, o ulmeiro, o freixo, o amieiro, salgueiro, o sabugueiro o castanheiro e o rei das espécies arbóreas uma espécie de Santuário no Barroso o Carvalho.

Betula, vidro ou vidoeiro: Típicas de Montalegre, Montesinho, aqui ao lado em Sanábria, na Islândia e na Noruega, grande utilidade para a industria farmacêutica. O salicilato de metila (ou "bálsamo") era extraído da Bétula lenta.

AMIEIRO: A sua madeira, de baixa densidade é muito resistente à água, e utilizada em utensílios vários e na construção de guitarras devido às suas características sonoras.

Ulmeiro ou Olmo: A sua madeira é muito resistente, flexível e fácil de polir. É usada em carpintaria, marcenaria, construção naval, utensílios de cozinha, pavimentos e indústria.

As suas folhas eram usadas antigamente na alimentação animal. - A sua casca possui propriedades medicinais.

É de crescimento rápido e grande longevidade, podendo alcançar 600 anos.

Freixo: as folhas podem ser utilizadas em forma de chá muito diurético e combater os sintomas da gota e reumatismo, obstipação e colesterol. A casca é utilizada para combater a febre e pode auxiliar na cicatrização de feridas.

Salgueiro: A casca do tronco pode ser usada para produção da aspirina; é aliás do nome latino do salgueiro, Salix, que deriva o nome do ácido salicílico e do seu derivado ácido acetilsalicílico.

Sabugueiro: O chá de sabugueiro é conhecido por ser diurético, ajuda a intensificar o fluxo urinário, tem propriedades antissépticas, anti-inflamatórias e cicatrizantes.

- A drupa, conhecida por sabugo ou baba de sabugueiro, é um fruto comestível, utilizado na preparação de doces e de bebidas, no centro e leste da Europa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Finalmente o carvalho cuja bolota, para além da madeira, poderia ser utilizada na indústria de rações alimentares animais e humanas produzindo pão, e licores entre outras receitas.

Os sinos vão dobrar por esta riqueza florestal que, nunca foi aproveitada pelas gestões camarárias nestes 50 anos de democracia e a vemos agora delapidada de forma irreversível em benefício de manchas de pinheiros e eucaliptos a servir interesses contrários ao desenvolvimento do Barroso, uma floresta de espécies autóctones devastada e não reposta em nome de interesses inconfessados.

E o que se vai?

É a possibilidade de implementar uma indústria de transformação dos subprodutos destas espécies, é o turismo rural pela procura de lugares paradisíacos.

Vai-se uma das maiores capacidades de alavancar o crescimento económico do concelho.

Reitero, a Floresta de árvores autóctones, o Ar e a Água que são a nossa maior riqueza e condicionam as restantes atividades do sistema macroeconómico do concelho de Montalegre.

Montados de Pinho e eucalipto não se compadecem com a pastorícia.

Alguém disse um dia que quem planta a semente da mentira colhe a floresta da solidão.

Pela defesa do comunitarismo, pela defesa da natureza, pela defesa de Montalegre. Assinado, o deputado municipal Manuel Carrelo."

O deputado Domingos Vasconcelos disse que, ao longo da viagem do Baixo Barroso até Montalegre tirou algumas ilações e viu que as valetas e aquedutos estão todas limpas, mas do Cambedo até Vila Nova estão sujas e até parece que nem existem. Também a estrada de Ferral está muito danificada podendo provocar desabamento de terras.

Disse que espera que as reuniões decorram sem crispações, ganhe quem ganhar. Com todo o respeito que a democracia lhe merece, o PS não conseguiu governar com maioria absoluta e não deve ser agora a fazê-lo.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. colegas deputados, caríssimo publico e ademais aqui presentes.

Início a minha intervenção dirigindo uma palavra de apreço e agradecimento, a todos os produtores de fumeiro e restantes intervenientes, que tornaram possível mais uma edição da Feira do Fumeiro, evento que promove os produtos com selo de qualidade "made in Montalegre". Em nome da Bancada do PSD o nosso muito obrigado.

Aproximam-se as comemorações dos 50 anos do 25 de abril. Aquele 25 de Abril com o propósito de trazer liberdade, democracia, prosperidade e equidade. Como é habitual o Partido Socialista de Montalegre irá com pompa e circunstância festejar a data, de cravo ao peito, para continuar a dar uma falsa sensação de liberdade aos munícipes deste concelho. Não é segredo que o Partido Socialista controla mais de 80% do emprego do concelho através da Câmara, das juntas de Freguesia, das associações de caris social e de apoio à população, da Santa Casa da Misericórdia, dos ajustes diretos, etc. É assim que ganham as eleições. A falta de alternância governativa é um sinal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

claro e evidente da falta de democracia seja numa freguesia, Câmara ou até a nível Nacional. Mas até as ditaduras caem e a de Montalegre não será exceção.

Falam de liberdade e democracia, no entanto, querem um povo desinformado e oprimido pela teia do PS. O Partido Socialista, com diretivas prévias do Presidente da Mesa como infelizmente é habitual, chumbaram por maioria, 3 propostas apresentadas pela Bancada Social Democrata no sentido de transmitir e gravar as assembleias municipais, escudando-se em desculpas sem fundamento. Montalegre é dos poucos concelhos do país que não dá acesso digital às assembleias municipais nas plataformas existentes para o efeito. O povo não tem acesso ao órgão deliberativo e representativo que elegeu. O povo com interesse nestas matérias não tem condições profissionais ou familiares para assistir presencialmente a uma assembleia municipal, muito menos uma quarta-feira como hoje, cujos próprios deputados e demais têm dificuldades em fazê-lo como é notório.

Abriram um precedente na última assembleia ao permitir a gravação e divulgação da intervenção do deputado Acácio Gonçalves por parte da Rádio Montalegre. Pena que não tenham prontamente gravado e transmitido a forma vergonhosa e insultuosa com que o Presidente da Mesa interrompeu o início da segunda intervenção do líder da bancada Social democrata Dr. José João Moura, por este criticar a forma como a presidente da câmara dirige os desígnios do concelho. Caso tivesse acontecido, sentiria vergonha da sua intervenção. Além da falta de imparcialidade e educação, não agiu como um presidente de uma assembleia, querendo condicionar as intervenções e interpelações dos deputados da bancada da oposição. E hoje voltou a repetir a façanha ao interromper indelicadamente o líder da bancada social-democrata. Temos um regimento, mas o próprio presidente da Assembleia não o cumpre a maioria das vezes. Recomendo ao Exmo. Presidente desta assembleia a leitura do regimento da mesma, nomeadamente o Artigo 11 Alínea "m" e passo a citar, "dar conhecimento à Assembleia Municipal do expediente relativo aos assuntos relevantes". Ora, um voto de protesto sobre a condução dos trabalhos e violação do regimento ocorridos na última sessão da Assembleia Municipal, tem de ser comunicados aos membros.

Temos um regimento que não permite o debate, não permite que se discuta e aprofunde de forma exaustiva os assuntos decisivos para o futuro do concelho. O Partido Socialista acha que a oposição deve contentar-se com respostas vazias. Mas o estatuto de oposição confere nos muito mais e estaremos aqui para lembrar isso mesmo.

Para finalizar, fica a proposta em tom de desafio ao Presidente desta Assembleia, que regimento finalmente a transmissão e gravação das assembleias municipais, para fazer jus aos valores defendidos há 50 anos no 25 de Abril. Assinado, a deputada Sandra Gonçalves."

O deputado José Bento Dias entregou o seguinte documento à Mesa: "Bom dia Sr. Presidente da Assembleia Municipal Prof. Frenando Rodrigues e, em seu nome, cumprimento a restante Mesa, cumprimento a Sr.^a Presidente do Município de Montalegre Prof. Fátima Fernandes e, em seu nome, cumprimento todos os vereadores presente, cumprimento todos os Presidentes de Junta de Freguesia, cumprimento todos os membros da Assembleia Municipal, cumprimento todo o público presente, por último cumprimento a comunicação social aqui presente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A minha intervenção recai sobre os cortes nas áreas dos baldios para a elegibilidade de candidaturas e em relação às candidaturas Gestão do Pastoreio em Áreas de Baldio do Barroso.

O PS é contra qualquer corte efetuado nas áreas dos baldios, pois pressupõe diminuição de rendimento para o Baldio como para o agricultor.

Perante estes cortes, em vez de estarmos a lamentar, devemos passar para a fase de trabalhar e apresentar soluções para poder atenuar essas perdas.

Foi efetuada uma sessão no Salão Nobre, organizada pelo Município de Montalegre, que teve a presença da COOPBARROSO, do ICNF, da PJ e da GNR, tendo sido convidadas todas as entidades Gestoras dos Baldios do Concelho de Montalegre, agricultores e público em geral, isto é, uma sessão aberta ao público.

Nessa reunião de trabalho, apresentamos várias medidas, a nosso ver, algumas imediatas que as entidades Gestoras dos Baldios podem executar já, para reverter as áreas perdidas, outras que irão chegar a instâncias superiores (Governo e Parlamento Europeu), que podem atenuar as perdas para o nosso concelho: limpeza de áreas sujas no baldio, passando essas áreas a serem elegíveis para o 2º pilar; ida às salas de Parcelário para verem as áreas não elegíveis e poderem ir ao campo e confirmar se essas áreas estão limpas ou não; se estiverem e tiverem vestígios de pastoreio ou mesmo terem animais a pastorear e devem tirar fotografias com o IFAP mobile (fotografias georreferenciadas) e entregar nas salas de parcelário para pedirem ao IFAP a reconversão dessas áreas; fazer a renovação de pastos recorrendo ao Mecanismo de Apoio À Realização de Queimadas (MARQ), que o Município de Montalegre apoia, juntamente com o ICNF, com os Bombeiros de Montalegre e Salto e com a GNR, mecanismo este a custo zero. Se a Queimada, for legalizada o baldio não perde elegibilidade nem o agricultor; Elegibilidade das áreas do 2º pilar a 100%, para as restantes medidas; haver elegibilidade das áreas de floresta (pinhal e carvalho) a 50%; haver elegibilidade das áreas com pedra a 25%; serem criadas medidas de apoio às Comunidades locais dos Baldios para a limpeza de áreas de Baldio, como também para o melhoramento de pastagens; Propor que o encabeçamento passe das 0,2 CN para 1 ou 2CN; Majoração passar dos atuais 11% para 25-30% para o Património Agrícola Mundial; Criar medidas que fomentem o equilíbrio entre a Agricultura e a Floresta e não medidas que ponham uma contra a outra.

Por último, queria referir que o Município está ao lado dos agricultores, prova disso é o protocolo com a COOPBARROSO no valor a rondar os 575mil euros de ajudas diretas aos agricultores. Assinado, o deputado municipal José Bento Dias."

O deputado António Cascais associou-se ao voto de pesar apresentado pelo deputado João Soares dada a sua proximidade e ligação com o Dr. Júlio Pereira. É uma honra para Montalegre ver um montalegrense representante de entidades de alto gabarito.

Entregou ainda o seguinte documento à Mesa: "Senhor Presidente da Assembleia e restantes Membros da Mesa, Senhora Presidente e Vereadores da Câmara, Senhores Deputados Municipais: a inquietação das populações próximas das áreas projetadas para a mineração foi sublinhada na última sessão desta assembleia, devido à invasão dos terrenos a tal destinados pelas máquinas de empresas candidatas à exploração mineira. A Sra. Presidente da Câmara informou das diligências efetuadas, nomeadamente, cito, "seguiu-se uma providência cautelar, que já está no tribunal, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

que significa que não pode haver intervenção naquele espaço e o que se pede é que se virem máquinas a laborar que seja dado o reporte para que sejam tomadas as medidas necessárias". Dadas as intervenções efetuadas nos terrenos, de que, creio, teve conhecimento, foram feitas diligências algumas com vista à ativação da mencionada providência cautelar? Ou tais trabalhos não o justificavam?

E, na senda de tentativas da descaraterização de "Montalegre uma ideia da natureza", pretendo abordar o alvoroço que assola a vida dos verdadeiros timoneiros deste "património agrícola mundial", que são os agricultores e produtores. Vem isto a propósito dos cortes nos subsídios agrícolas e das reduções de áreas elegíveis para o pastoreio nos baldios e nas propriedades privadas, com impactos enormes no encabeçamento.

Da noite para dia, eis que o IFAP faz significativas reduções de áreas elegíveis. Das 32 comunidades de baldios que pude analisar, há reduções de áreas na ordem de 80%, 63%, 62%, 59%, 46% e por aí adiante, descendo até um dígito (9% e 5%) apenas em dois casos. Isto acarreta uma brutal diminuição do valor das ajudas da PAC a entrar no nosso concelho, com a conseqüente perda de rendimento para quem teimosamente insiste em sobreviver na sua terra, laborando com práticas de ruralidade tradicionais que tanto contribuem para o equilíbrio ambiental e paisagístico e para atenuar os nefastos efeitos que a voracidade gananciosa de poderosos e irresponsáveis nos trouxeram até aqui. A fatura é agora apresentada aos mais pequenos, como sempre.

Segundo o manual de regras e conceitos do IFAP, de outubro de 2023, são retirados à área de pastoreio no baldio os afloramentos rochosos, as massas de água, zonas húmidas ou turfeiras, espaços florestais, caminhos cujos acessos não sejam exclusivamente para o baldio, zonas arbustivas que manifestem sinais de abandono, entre muitos outros motivos. É de uma total ausência de sensibilidade e de conhecimento dos ditos técnicos o corte de espaços florestais, principalmente os carvalhais. Desde que temos memória e das práticas que os nossos pais e avós nos foram transmitindo, sempre as zonas de carvalho foram espaço de excelência para o pastoreio tradicional. Todos sabemos que no rigor do inverno os gados se abrigam e pastam mais sossegadamente no meio dos carvalhos e no pino do verão os procuram também, pois é um oásis onde, para além da sombra, há sempre pastos verdes em contraponto com a segura dos descampados. E também deverá ser ensinado aos técnicos que até o giestal é um bom espaço para pastoreio. Quem não se lembra dos tapados povoados de giesteiros onde os gados têm sempre pasto mais verde? Parece ter virado moda o uso apenas de meios mecânicos para a limpeza dos baldios. Mas então os animais quando pastam não estão a eliminar as ervas e arbustos, comendo uns e esmagando outros?

Constatamos que a agricultura foi um tema ausente do Ministério da Agricultura nos últimos anos.

Todos nós, lavradores e restante população, entidades representativas da lavoura, juntas de freguesia, câmara municipal, responsáveis políticos, todos temos a obrigação de lutar contra estas injustiças. Assinado, o deputado municipal António Cascais."

O deputado Hernani Carvalho deixou uma nota prévia relembrando que no dia 22 de fevereiro, o estimado Padre Fontes celebrou mais um aniversário. Todos desejamos muita saúde a este senhor que dedicou a sua vida a um percurso de cultura e vida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

barrosã, à defesa da nossa causa e das nossas gentes. Lembrou também o saudoso Bento da Cruz que também fazia anos no mesmo dia e deixou um património quase inclassificável que honra e orgulha todos os Barrosões.

Disse que todos concordam que há uma ameaça grave ao minifúndio e aos agricultores do concelho. Mas mais do que encontrar culpados tem que se procurar soluções. E há desde logo um problema sistémico que o preocupa, particularmente que é a ideia bacoca de que algumas medidas ou políticas colocam a floresta contra a agricultura e a agricultura contra a floresta quando elas têm que ser complementares e não concorrentes. Não há floresta sem agricultura, nem agricultura sem floresta. Ao que se assiste, hoje em dia, é que os pequenos agricultores e as pequenas explorações agrícolas estão de tal forma ameaçadas com estes cortes que toda a gente devia estar solidária com eles. Devem concentrar-se energias para saber de que maneira os podemos defender. Não é a nossa agricultura que põe em causa os ecossistemas. Tem de haver medidas diferenciadoras para este tipo de territórios. O encabeçamento é uma delas e tem sido muito mal esgalhada. As áreas elegíveis devem ser revistas e desta forma ajudar verdadeiramente o minifúndio e os empresários agrícolas.

Lembrou o sucesso que a Feira do Fumeiro teve. Assumiu-se como a maior montra da cultura barrosã, onde se mostra quem somos, o que sabemos fazer, mas também a audácia e resistência dos empresários locais e uma forma muito peculiar de promover Barroso. Muito se falou da diminuição de produtores e de produtos da feira e dos produtores, mas o que é facto é que o produto aumentou, vendeu-se mais, continuava-se a vender e os produtores a adaptar-se às exigências atuais. A feira do Fumeiro tem que continuar a ser uma bandeira de sucesso e mais um motor da economia Barrosã que não se esgota naqueles dias da feira. Toda a gente sabe e vê a afluência de turismo durante os fins-de-semana no concelho. Aumentou a capacidade de dormidas, o sector da restauração tem feito um caminho interessante e devemos valorizar o que as pessoas fazem de bem. Montalegre é um destino de referência no Norte de Portugal e quando somos brindados com a neve verifica-se o fenómeno de visitaçao em massa ao território. E por detrás de tudo isto está um mecanismo de proteção civil e de bombeiros que não olha a esforços e se dedica a manter as estradas acessíveis e seguras para que tudo possa funcionar. Também uma palavra de reconhecimento aos funcionários da Câmara que são incansáveis e proporcionam registos fotográficos que são verdadeiros postais.

Falou ainda do diamante em bruto que se chama Parque Nacional da Peneda Gerês que começa a dar mostras que se começa a sair de uma coisa enfadonha para ter uma gestão organizada e pensada pelas pessoas do território, com quem ainda vive cá e cá quer ficar. O plano de cogestão foi trabalhado durante algum tempo, com muitas reuniões de trabalho, mas, tanto quanto se sabe, encontra-se num impasse em virtude da situação política nacional atual. Este modelo de cogestão do PNPG iria trazer investimentos importantes para a sustentabilidade, para o turismo, para o desenvolvimento do território, para as questões da segurança, para que os que vivem na zona do parque não sintam que este é um problema, mas sim um potencial. Desta forma, perguntou à Senhora Presidente da Câmara quais são os principais eixos de investimento?

Terminou dizendo que foi com bons olhos que viu a capacidade de negociação do Município na questão de transferências da saúde. Um investimento que inicialmente se cifrava nos 300 mil euros triplicou de forma a arranjar uma solução para o paradigma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

que é o centro de saúde e a ampliação dos serviços e concentração de alguns serviços também em Salto. Deixou um voto de que, independentemente das decisões que os portugueses tomarem nestas eleições, esse trabalho feito não caia por terra e as matérias que dizem respeito ao interior não se percam.

O deputado Acácio Gonçalves solidarizou-se com o protesto apresentado pelo deputado José João Moura pois o que se passou na última assembleia, que não passou de uma brincadeira de boa fé, transformou-se numa rede social em que houve um bobo da corte que foi o Acácio Gonçalves. As pessoas são simpáticas quando falam com ele na rua, mas não sabem o que verdadeiramente se passou. De terceiro inscrito passou para o último interveniente e, como já tinham sido abordadas as questões que ele queria falar, deu música. Isto melindrou-o bastante e não soube reagir bem. Pediu ao Senhor Presidente da Assembleia para abrir as portas das reuniões à comunicação social para gravar e as pessoas já ficavam a saber o que se passa e até estimulava os deputados a fazer as suas intervenções com pompa e circunstância.

Relativamente ao voto de pesar, disse que não poderia deixar de se associar ao voto apresentado pelo deputado João Soares. Não enalteceu a vida do Dr. Júlio Pereira pois disse que toda a gente a conhece. Um homem que o acompanhou toda a vida, na escola, vizinho e com uma infância vivida junta.

Deliberação: o voto de pesar apresentado pelo deputado João Soares foi posto à votação tendo sido aprovado pela unanimidade dos presentes.

A Senhora Presidente da Câmara disse que as suas primeiras palavras são de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela proteção civil. Sabe que pode dormir sossegada pois há gente muito capaz no terreno. A população está por isso segura e quem visita Montalegre pode colher só coisas boas, sem qualquer tipo de constrangimento. A neve de fevereiro é breve, mas este foi um nevão em condições e possibilitou uma romaria que há muito não era vista. Nunca se viu tanta gente no Larouco com as vias devidamente limpas e a circulação devidamente acautelada. Na sexta-feira houve a necessidade do encerramento das escolas por uma questão de precaução pois a neve não parava de cair. Com toda a certeza que os senhores professores irão compensar as atividades letivas previstas para esse dia, sendo certo que também é importante que as crianças sejam felizes e brinquem na neve.

Agradeceu as palavras do deputado João Soares e salientou que o executivo tem respeito pela identidade, honra-nos muito o passado e a história, mas também temos uma visão modernista, sem parar no tempo. Ao longo destes anos, tem-se ido nesta senda, fazer do nome Montalegre uma marca conhecida e apreciada.

Fica satisfeita por saber que toda a gente sabe dos apoios que esta Câmara dá aos agricultores o apoio é significativo no valor de cerca de 600 mil euros através da Coopbarroso, para a batata, para os pequenos ruminantes, para o mel, para a pecuária. Ainda bem que se solidarizam com estes apoios pois houve alturas em que alguém dizia que as batatas não deviam ser apoiadas e esse dinheiro seria canalizado para o mel. Não adianta andar a instigar os produtores de gado cruzado por razões que são por todos conhecidas. Em primeiro lugar tem de haver responsabilidade e ter em conta o orçamento que se tem de gerir. O número do efetivo do gado cruzado é muito maior do que o barrosão. O gado de raça barrosã é autóctone, é identitário e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

tem que se apoiar. Se no futuro e o orçamento assim o permitir, poderá vir a apoiar-se outras raças. Estão a ser estudados os números do efetivo para perspetivar como é que esse apoio pode ser dado. Neste momento, não engana ninguém e assume que não é possível dar esse apoio. E não é apologista de tapar um santo para destapar o outro, porque depois a manta é curta, ou seja, não se deve cortar no apoio ao Barrosão para dar ao cruzado porque não serve um, nem outro! Os apoios aos produtores faz-se também de outros modos.

Quanto aos produtores de fumeiro disse que basta olhar com olhos de ver o orçamento e ver o apoio dado pela autarquia porque, além da verba dada à Associação de Fumeiro, que faz o acompanhamento dos animais e fiscaliza atentamente, há toda uma divulgação e promoção destes produtos que não é barata. Ainda bem que o executivo não foi atrás das vozes da desgraça em que se dizia que as alheiras estavam podres, que o fumeiro de Montalegre não prestava para nada, em que se vinha com artigos para os jornais dizer que os produtos que entravam na feira vinham todos de Espanha e, portanto, éramos todos uns vigaristas e uns nabos. Ainda bem que, apesar de tudo, continuamos resilientes e hoje é todo este sucesso que todos podem ver. O que nos deve alegrar é, no final de uma feira, ver os produtores, depois de um ano intenso de trabalho, felizes e realizados com um orçamento familiar chorudo. Não vale a pena chorar pelos cem produtores da feira do fumeiro pois estes nunca existiram, o máximo que houve foi oitenta e tal e que produziam nem um terço do que se produz hoje em dia.

Sobre os baldios, reuniões à porta fechada e na falta de democracia, disse que os destinatários eram os presidentes dos Conselhos Diretivos de Baldios que representam todos os compartes e é uma falta de respeito para com estes, sejam eles Presidentes de Junta ou não, dizer-se que não foram convidados a participar. Foram todos convidados.

A Câmara organizou uma reunião com grande participação, com representantes de entidades, com responsabilidades, nomeadamente o SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente), um inspetor da Polícia Judiciária, com a Coopbarroso e o Gabinete Técnico Florestal e para dar nota que Montalegre não fica satisfeito com os 36% de cortes anunciados. Os Bombeiros de Salto que tem um drone que pode ajudar a identificar os terrenos e fazer a Georreferenciação para se obterem evidências para enviar para o IFAP e assim contestar e dirimir estas situações. O IFAP é uma entidade fiscalizadora e rege-se pelas normas emanadas da União Europeia e temos que cumprir. Cortes já foram feitos em 2014, mas o que importa é que todos trabalhem no sentido de lutar para que sejam diminuídos. É importante que a Europa perceba o que são os baldios.

Sobre a situação dos alunos estarem em contentores, disse que já eles só aí almoçam e realizam reuniões com os pais e foi-lhes dado o projeto para verificarem o que vai ser feita na referida escola. A partir de maio vão começar a sair os avisos e aí a escola começará a ser intervencionada.

Sobre o Centro de Saúde, esclareceu que foi uma negociação persistente. Inicialmente havia 330 mil euros para a requalificação do Centro de Saúde de Montalegre e agora temos aprovados 950 mil euros, estando ainda perspetivada uma adenda com mais 300 mil euros. E até por isso é importante que no dia 10 de março todos pensem naquilo que vamos fazer. A maior intervenção vai ser no centro de saúde, mas o executivo teve a preocupação de criar mais valências e, dada a proximidade de Salto, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

o número de utentes no Baixo Barroso também vai usufruir das mesmas valências. O Ministério da Saúde tinha prevista uma cadeira de dentista para Montalegre, baseada no número da população e de utentes, mas não é razoável que as pessoas do Baixo Barroso tivessem que se deslocar tantos quilómetros. Assim, vai fazer-se uma intervenção no polo de Salto, aumentando a área do edifício, para aí ter uma cadeira de dentista e está previsto o pagamento do recurso humano para fazer o trabalho, caso a ARS não assegure o pagamento do dentista. O mesmo acontece com a fisioterapia que também está prevista para Montalegre e Salto, tal como outras valências que estão a ser estudadas e discutidas com o Sr. Ministro da Saúde. Restamos aguardar pelo dia 11 de março para continuar a reunir seja com que for.

Disse que não admite a ninguém que condicionem as suas companhias, nem quem quer estar com ela, nem com quem ela quer estar. Não vale a pena andarem a levantar suspeitas. Honra-a muito a companhia da deputada Susana Barroso e esteve com o Sr. Osório, num evento público, onde só faltou a oposição. A postura de fiscalizadores da moral e dos bons costumes é sinal inequívoco de outros tempos e que não queremos nunca mais. Tiques totalitários não!

Falou para a necessidade de acautelar o assunto do IMI das barragens, pois um Secretário de Estado socialista pôs na ordem do dia o pagamento devido do IMI a Montalegre. Montalegre, desde a primeira hora, reivindicou os seus direitos e vamos ver o que dá. Sendo tradição, com algumas ideologias políticas, haver uma proteção aos privados, e ao grande capital espera que dia 11 de março continue tudo com as negociações que estão feitas para que se tenha a garantia que esse IMI entra nos cofres da Câmara. O mesmo se aplica ao plano de cogestão do PNPG, o primeiro a ser aprovado em todo o país. Para além disso, em reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, onde esteve a Vice-Presidente da CCDRN, Dra. Célia Ramo e os cinco Presidentes de Câmara do PNPG, foi entregue um plano, devidamente fundamentado onde estão previstos 72 milhões de euros, mais do que o pacto do Alto Tâmega e Barroso. Neste plano, pegou-se em todos os programas de fundos comunitários, ver a verba que estava alocada a cada um deles, identificou-se ações concretas, com missão e objetivos, cronograma e só falta mesmo assinar. Espera que não saia do dossier de transição e passe para o fundo da gaveta.

Sobre a floresta, disse que ainda bem que houve uma governação que pôr em linha da frente a limpeza da floresta e a reflorestação com muitas árvores autóctones.

Agradeceu as anotações feitas pelo deputado Domingos Vasconcelos, mas desafiou-o a que na próxima reunião da Assembleia Municipal, traga questões mais políticas. Às questões aqui trazidas, basta que ele lhe faça um telefonema ou que contacte a brigada de Ferral para que se resolvam essas situações. Agradece que o faça, pois o concelho é de todos e a gestão do território compete a cada um de nós.

Terminou a sua intervenção, dizendo que o dia 22 de fevereiro será sempre a data de evocar os dois maiores embaixadores: o Padre Fontes e o Dr. Bento da Cruz. Parabensizou o Agrupamento de Escolas pela celebração que fez no auditório municipal, envolvendo toda a comunidade, uma festa bonita e digna. E também ao Ecomuseu de Barroso por celebrar o aniversário do seu embaixador.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados José João Moura, Domingos Vasconcelos e Sandra Gonçalves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Como vimos, a Senhora Presidente mais uma vez recusa-se a responder às perguntas, aos esclarecimentos que são aqui apresentados nesta Assembleia. E vitimiza-se o que, Senhora Presidente, lhe fica muito mal, pois está à frente do executivo municipal e é sua obrigação esclarecer as dúvidas e a execução do orçamento, ou este não passa de meras intenções? Sra. Presidente, já estamos fartos de ouvir agora é que vai ser! Relativamente às mentiras que insinuou sobre o PSD, a senhora deve estar esquecida de quem trouxe o Centro de Saúde para Montalegre, bem como as extensões de Salto e Ferral. Não foi o Partido Socialista, mas sim o PSD.

E também não foi o PSD que trouxe três bancarrotas para Portugal. Antes pelo contrário. Foi Sá Carneiro, com a sua diplomacia, carisma, sentido de Estado, que conseguiu dar crédito a uma revolução de abril e fez assim o virar de página de uma ditadura opressiva e dar liberdade e democracia a toda a gente. Foi o professor Cavaco Silva que conseguiu o maior crescimento económico que Portugal teve até aos dias de hoje, colocando Portugal no mesmo patamar que os restantes parceiros europeus. E mais, criou o 14.º mês de vencimento. E finalmente foi Passos Coelho, o homem das contas certas, que embora com as limitações e doutrinas impostas pela Troika, essa sim, trazida para Portugal pelo José Sócrates e Teixeira dos Santos através do Memorando de Entendimento, conseguiu tirar o país do fosso e recuperar a nossa hegemonia socioeconómica.

Por isso no dia 10 de março temos uma oportunidade de virar a página e acreditar na mudança e esperança de que Portugal merece muito melhor do que as trapalhadas que este governo socialista com maioria absoluta nos brindou. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

O deputado Domingos Vasconcelos disse que fez um alerta sobre as estradas municipais e é acusado de não saber fazer política. Enquanto Presidente de Câmara deve tomar conhecimento e não lhe cabe a ele falar com a brigada. Seria entendido como um atrevimento pois não é encarregado de obras ou funcionário municipal.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Quero agradecer ao Presidente da Mesa por cumprir, agora sim, o regimento ao dar a palavra aos deputados para uma segunda interpelação ao executivo.

É lamentável o Modus operandi usado da política do medo aplicada por parte da Presidente da Câmara, ao referir para ter cuidado em quem votamos pois há contratos e projetos em curso. Está a atirar areia para os olhos do povo, pois se os contratos foram bem elaborados, só não serão cumpridos por clara e manifesta incompetência deste executivo.

A falta de sensibilidade e perdoe-me a sinceridade, até cinismo com que enfrenta e aborda assuntos sérios como as escolas e investimentos fulcrais para o desenvolvimento e crescimento do nosso concelho, demonstra apenas que não tem competências para dirigir esta câmara e levar o nosso concelho a bom porto. assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves."

A Senhora Presidente da Câmara disse que o medo dos socialistas é tão grande que toda a gente diz o que quer e bem lhe apetece, seja verdade ou mentira, desvirtuando tudo. O Plano de gestão não foi só elaborado por socialistas, nem pela Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

socialista de Montalegre. Fazem parte cinco Câmaras, duas delas são socialistas e as outras três são do PSD. Os Presidentes da Câmara a partir do momento que são eleitos deixam de ter partidos o partido é a sua terra e as negociações são feitas nesse sentido. O supremo cinismo seria ela ter a atitude que a oposição quer que ela tenha e aceitar que lhe colocassem palavras na sua boca.

Gostou de ouvir a evocação de Sá Carneiro, de Aníbal Cavaco Silva e de Passos Coelho, mas é o Montenegro quem precisa de se associar a Nuno Melo e ao Paulo Portas, que desonraram o passado histórico, e retiraram a fotografia de um líder seu da sede do partido. Aliás, Montenegro até precisa de se associar a um marialva e está tudo dito.

2 – Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata n.º 5 da sessão ordinária do dia 28 de dezembro, do ano 2023;

A ata da sessão ordinária do dia 28 de dezembro de 2023 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Sylvie Costa, António Reis e Catarina Gonçalves por não terem estado presentes na reunião.

2.2. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir a deputada Sandra Gonçalves.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Malgrado da senhora Presidente da Câmara de Montalegre, as escolas do concelho estão sempre na ordem do dia por falta de competência do Partido Socialista em resolver os problemas existentes há anos, mas obviamente que segundo a senhora presidente 2024 será o ano da execução e resolução dos problemas, mal de quem espera e desespera, neste caso as crianças.

Nunca é demais referir que a escola de Salto já teve várias intervenções e bem, mas mal-executadas e apesar de quase 1 milhão de euros investidos entre requalificações, ampliações, projetos, módulos parques que foram pagos, mas não existem, continua com uma infiltração no edifício novo, se não sabe deveria saber, pois os funcionários do município estiveram no local para ver qual seria a melhor solução para resolver um problema de uma obra acabada há seis meses. As crianças continuam a apanhar frio e chuva para ir almoçar, o que provoca resfriados e outros problemas de saúde, apesar dos esforços das auxiliares em abrigar e agasalhar as crianças, mas a presidente continua a desvalorizar estas situações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Referiu na última assembleia que, o presidente da junta de freguesia de Cabril também tem responsabilidades e muito tem feito com pouco, no entanto as obras nos edifícios escolares são da responsabilidade da câmara, esperemos para bem das crianças de Cabril que 2024 seja o ano em que finalmente se vão iniciar as obras necessárias e fiquem bem executadas, ao contrário das muitas obras deste concelho.

A escola do Baixo Barroso tem infiltrações graves há vários anos no pavilhão desportivo, apesar de uma intervenção superior a 25.000 euros em 2018, nunca foi reclamada a garantia por má execução da obra. A escola do Baixo Barroso tem vários problemas por falta de manutenção do edifício ao longo dos anos, inclusive no aquecimento central, de águas sanitárias e dos telhados. Mas 2024 vai ser o ano das execuções e estes problemas também vão ser resolvidos.

Por último, questionar o executivo socialista se o pavilhão desportivo de Salto está nos planos de execução de 2024 e quantos projetos são necessários para o efeito?

Já vai no terceiro projeto, só para esse efeito o município já gastou mais de 103.000 euros e o complexo desportivo continua a ser uma miragem com mais de uma década, ou 2024 vai ser um ano de competência na execução das obras prometidas há anos pelos socialistas? Ou vão continuar a imputar responsabilidades a terceiros da sua própria inércia e incapacidade de gerir de forma eficiente o município?

Tomei conhecimento nesta assembleia da aquisição da "Casa do Cerrado" por parte do município. Pergunto, para que efeito? Pois também adquiriram há vários anos a "casa da direção" em ruínas nas Minas da Borralha e ali continua intocada e cada vez mais degradada pondo até em perigo quem por ali passa. Assinado, a deputada Sandra Gonçalves"

A Senhora Presidente da Câmara lembrou à deputada Sandra Gonçalves que a escola do Baixo Barroso não era propriedade do Município. A escola só foi transferida para o Município no ano passado. As intervenções que foram feitas foram-no feitas em prol da comunidade escolar. Adiantou a informação que em 2024 a Escola do Baixo Barroso vai ser intervencionada, independentemente de serem abertos avisos ou não pois é uma necessidade premente.

Sobre os arruamentos, disse que toda a gente viu que o inverno não permitiu intervenções. Os terrenos estão alagadiços e corre-se o risco das máquinas se atolarem.

A casa da direção das Minas da Borralha tem várias finalidades e projeto que será apresentado ao público quando for para avançar.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.3. Primeira revisão da ELH - Estratégia Local da Habitação do Município de Montalegre – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Posta a votação a revisão foi aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.4. 4.^a Alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Montalegre – Alteração do artigo 11.º – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Posta a votação a revisão foi aprovada por maioria com 10 abstenções dos deputados Sandra Gonçalves, José João Moura, Manuel Carrelo, Alivio Dias, António Cascais, Acácio Gonçalves, José Acácio Gonçalves, Nuno Pereira e José Manuel Carvalho e Domingos Vasconcelos.

2.5. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2024 / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.6. Contrato-Programa celebrado entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. e o Município de Montalegre – conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento

2.7. Código de Ética e Conduta – conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento

2.8. Relatório Anual de Atividade e Avaliação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre (CPCJ) 2023 – conhecimento.

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

3 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não tendo havido inscrições.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi esta minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia e a intervenção do público, estava encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Maria de Fátima da Silva Crespo